

O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO E O FINANCIAMENTO DAS IFES

Dez argumentos a favor da gratuidade

Nelson Cardoso Amaral

Resumo: A ausência de taxas no sistema público de educação superior do Brasil é um tema recorrente nas discussões a respeito de fontes alternativas de financiamento da educação nacional. O BIRD proclama que as universidades deveriam arrecadar um total equivalente a 30% de seu orçamento de fontes não-governamentais. Um estudo desenvolvido entre alunos de graduação das instituições federais de educação superior mostra que para atingirmos a meta do BIRD, através da cobrança exclusiva de taxas acadêmicas, uma família precisaria gastar aproximadamente 22% de sua receita para sustentar um estudante. O trabalho também apresenta dez argumentos contra a cobrança de taxas—argumentos presentes em declarações de autoridades políticas e educacionais.

Palavras chave: Taxas acadêmicas, Renda familiar, Orçamento das Universidades.

Abstract: The absence of fees in the public higher education system in Brasil is a recurrent theme in the discussion concerning alternative sources for the financing of national education. The BIRD claims that Universities should bring in a total equivalent to 30% of its budget, from non-governmental sources. A national inquiry carried out among undergraduates of federal higher education institutions shows that in order to reach BIRD'S goal, through solely the collected fees, a family would have to spend about 22% of the family income, to support one student. The work also displays ten arguments in favour of the absence of fees, present in statements of Brazilian political and educational authorities.

Key-words: Fees, Family income, University Budget.

A ANDIFES realizou no final do ano de 1997, através de seu Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, uma pesquisa nacional com o objetivo de traçar o perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Os resultados da pesquisa permitem efetivar análises que se relacionam com os mais variados assuntos da vida do estudante e sua inserção nas atividades das IFES: sexo e idade dos alunos; filhos de acordo com estado conjugal; local de nascimento e de moradia anterior ao ingresso na universidade; grau de instrução dos pais; segundo grau por tipo de escola; trabalho remunerado dos alunos; classificação sócio-econômica segundo as definições da ABIPEME (Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado); programa de assistência ao estudante; utilização de restaurante universitário; motivação da

opção pela universidade; motivos de opção pelo curso; principal fonte de informação; número de livros lidos; participação em atividades extra-classe; posse de microcomputadores; situação de saúde; atividades de lazer e esportivas; etc. O problema do financiamento encontra-se presente, direta ou indiretamente, em diversos itens da pesquisa e precisa ser analisado sob o ângulo da limitação orçamentária das instituições e das limitações financeiras dos estudantes e da população brasileira.

A análise da classificação sócio-econômica dos estudantes pode levar imediatamente à especulação sobre a introdução de mensalidades nas instituições públicas brasileiras. Não raro percebe-se ações de alguns setores governamentais e de parlamentares procurando alterar o texto constitucional que estabelece o princípio da gratuidade nas instituições públicas.

A gratuidade nas instituições públicas de ensino superior se fundamenta em argumentos que se encontram presentes em diversos depoimentos expressos por personalidades da vida política e educacional brasileira. Podemos, resumidamente, elencar dez argumentos apresentados por aqueles que defendem o princípio da gratuidade do ensino superior:

* Professor do Instituto de Física da Universidade Federal de Goiás, foi Vice-Reitor da Universidade Federal do Goiás (UFG)

1. as razões básicas para o princípio da gratuidade têm a ver com a própria questão da cidadania e da democracia (Fernando Henrique Cardoso¹);
2. se as universidades públicas são freqüentadas hoje pelos filhos dos ricos que tiveram acesso à escola fundamental e à secundária organizadas pelo setor privado, a solução para isso é melhorar o ensino público em todos os níveis (Fernando Henrique Cardoso¹);
3. os estudantes das instituições públicas são, na sua maioria estudantes da nossa sofrida classe média, cujos pais definitivamente não terão recursos para manter os filhos em escolas superiores pagas (Álvaro Valle²);
4. é legítima a defesa do ensino superior público e gratuito no Brasil, pela garantia democrática que oferece à expansão do saber, em uma sociedade tão desigual, injusta e ainda e apesar, pródiga em criatividade e resistência à espoliação (Nelson Maculan Filho³);
5. a suposição de que o investimento em educação não visa a objetivos coletivos e sociais, mas individuais, é um erro cometido por aqueles que defendem a cobrança de mensalidades (Tomaz Aroldo da Mota Santos e Jacyntho José Lins Brandão⁴);
6. o ensino superior é um grau de ensino que desempenha um papel estratégico para o futuro do País (Newton Lima Neto⁵);
7. o valor total arrecadado com mensalidades, mesmo nos países desenvolvidos, representa apenas uma parcela pequena do orçamento das melhores universidades (Roberto Leal Lobo e Silva Filho⁶);
8. a implantação de um sistema tributário mais racional e eficiente, com menos subsídios e menos sonegação, diminuiria a carga relativa do ensino público nos gastos do país (Flávio Fava de Moraes⁷);
9. em função da política privatista dos últimos 30 anos, quem consegue passar pelo funil e consegue acesso ao ensino superior brasileiro só encontra 25% de vagas públicas (Sebastião Elias Kuri e Newton Lima Neto⁸);
10. além de serem instituições de ensino, as universidades brasileiras são centros geradores de conhecimento novo, de realização de pesquisas, de formação de quadros especializados, além de ser responsável por enorme produção cultural e que, na maioria dos casos, constituem hoje a última rede de segurança da dilacerada saúde pública, com suas unidades hospitalares (José Martins Filho⁹).

Os argumentos apresentados pelos que defendem uma maior participação do estudante nos custos de seus estudos são basicamente as seguintes¹⁰:

1. a gratuidade não tornou mais equitativa a educação superior, que se manteve como privilégio das camadas médias e altas da população;

2. uma mensalidade maior, combinada com um plano de ajuda financeira para aqueles necessitados é mais equitativa que a gratuidade ou uma mensalidade baixa, que beneficia por igual pobres e ricos;
3. o aporte adicional de recursos para a Universidade, pela cobrança de mensalidades permite melhorar a qualidade dos serviços acadêmicos que, de outra forma, custariam pouco ou nada, mas também teriam pouco valor para seus adquirentes;
4. a educação superior é um investimento que se destina ao indivíduo e que, portanto, deve pagar por ela;
5. o pagamento de mensalidades deve refletir-se em uma maior dedicação aos estudos por parte dos alunos;
6. o financiamento da instituição por parte do indivíduo criará uma situação de competição entre as Universidades que repercutirá favoravelmente sobre a qualidade.

A pesquisa nos apresenta as seguintes informações que se relacionam, direta ou indiretamente, com o aspecto financeiro do estudante e sua família e a possibilidade de aporte adicional de recursos por parte do aluno:

• Processo migratório interno, mobilidade social e a presença da escola pública

Ao perguntar o "*local de nascimento e de moradia anterior ao ingresso na universidade*" objetivava-se, dentre outros elementos, verificar como os estudantes se movimentam internamente no País e qual o quantitativo de estudantes que não se origina da cidade sede da instituição.

O resultado nacional foi o da tabela abaixo:

BRASIL	Local	de nascimento	de moradia
	Cidade da Universidade	52%	66%
	Estado da Universidade	25%	20%
	Outro Estado	23%	14%

É claro que a migração interna deve ser incentivada, pela oportunidade que se oferece aos jovens de regiões menos desenvolvidas, de se dirigirem aos centros mais avançados para realizarem seus estudos e, quando possível, retornar ao seu Estado para trazer os ensinamentos apreendidos e aplicá-los, propiciando uma melhoria local.

O aumento de despesas para os pais, com mensalidades, por exemplo, além dos gastos normais com a manutenção do filho em outra Cidade ou Estado,

pode diminuir, fortemente, esse importante efeito migratório.

O "grau de instrução dos pais" obteve a seguinte resposta:

BRASIL	Instrução	do PAI	da MÃE
	Analfabeto	2%	2%
	Alfabetizado	15%	14%
	Primário	17%	17%
	Primeiro Grau/Ginásio	14%	15%
	Segundo Grau/Colegial	20%	25%
	Universitário	32%	27%

Para percebermos a importância da evolução social e econômica da população em termos do grau de educação, basta examinarmos a pontuação da ABIPEME no que se refere a esse item:

Instrução do Chefe da Família	Pontuação da ABIPEME
Analfabeto/Primário Incompleto	0
Primário Completo/Ginasial Incompleto	5
Ginasial Completo/Colegial Incompleto	10
Colegial Completo/Superior Incompleto	15
Superior Completo	21

Ressalta-se ainda que basta o chefe de família possuir o curso superior completo que, no mínimo ela receberá a classificação sócio-econômica D. Portanto, nunca atingindo a última classificação sócio-econômica que é a E.

Procurou-se saber se o estudante freqüentou pré-vestibular e qual o tipo de escola, se pública ou privada:

BRASIL	Curso pré-vestibular	Pública	Privada
	Sim	54%	58%
	Não	46%	42%

Pode-se, então, afirmar que nas IFES não estudam só alunos oriundos das escolas privadas. É claro que a estratificação existente na sociedade também fica explicitada no interior da Universidade quando se analisa o perfil dos estudantes dos diversos cursos. A enorme desigualdade social existente, com grande concentração de rendas, torna certos cursos de maior prestígio junto à sociedade de mais difícil acesso aos estudantes de determinadas faixas de ren-

da, por não possuírem condições financeiras para o pagamento de cursos especiais que reforçam as aulas regulares das escolas.

• Motivos da opção pelo curso, as atividades extra-classe e as fontes de informações

Ao ser perguntado sobre os motivos da opção pelo curso nota-se uma despreocupação com a contribuição social que o curso possa ter e uma alta dose de preocupação com a realização pessoal:

BRASIL	Motivo	%*
	Aptidão pessoal	67
	Vagas no mercado	18
	Salário	21
	Baixa concorrência	10
	Realização pessoal	65
	Contribuição social	29
	Por exclusão-outro não interessava	8
	Por exclusão-inexistência do curso que desejava	5
	Teste vocacional	6
	Família	8
	Complementação profissional	12
	Outro	12

*A pesquisa ofereceu a oportunidade de se optar por mais de uma alternativa.

Ao ser questionado sobre a participação em atividades extra-classe verifica-se uma enorme despolitização dos estudantes:

BRASIL	Atividade	%*
	Artística/Cultural	20
	Movimento religioso	25
	Político-partidária	8
	Movimento estudantil	11
	Sociedade científica	8
	Movimento ecológico	7
	Movimento comunitário	15
	Nenhuma	42

*A pesquisa ofereceu a oportunidade de se optar por mais de uma alternativa.

A principal fonte de informação para os estudantes é, infelizmente, o telejornal:

BRASIL	Fonte de informação	%
	Jornal escrito	26
	Telejornal	55
	Jornal falado	4
	Revistas	13
	Outra	2

Esses aspectos precisam ser tratados pelas instituições, tendo em vista o fato da educação se constituir em um "bem público". Há questionamentos sobre essa afirmação; entretanto, existe uma linha de economistas, dentre eles o ex-ministro Mailson da Nóbrega¹¹ que consideram os bancos como pertencentes a essa categoria:

"Em entrevista recente sobre a ação do governo para evitar uma crise generalizada nos bancos, um diretor do Banco Central afirmou que a estabilidade do sistema financeiro era um bem público. Na notícia, saiu que ele classificara os bancos como bens públicos. Num país onde não é boa a imagem dos bancos junto ao público, a declaração soou como um sacrilégio. Ao afirmar que a estabilidade do sistema financeiro (e portanto dos bancos) é um bem público, o diretor quis dizer que é função do Banco Central zelar pela preservação da confiança no sistema e pela qualidade da sua gestão. Bem público pode ser caracterizado como aquele essencial e acessível a todos os indivíduos. Quando estiver ao alcance do governo, este deve ofertar o bem de forma ampla e irrestrita. Outra característica do bem público é que o seu consumo por uns não impossibilita o de outros. O bem público é indivisível. Não se paga diretamente por sua utilização nem ele é produzido pelas empresas privadas. Exemplos: justiça, segurança e diplomacia. A estabilidade dos bancos é um bem público porque eles são indispensáveis à vida moderna. Eles são insubstituíveis na guarda e intermediação de recursos financeiros e na prestação de variada gama de serviços à sociedade. Sem bancos, seria difícil poupar. A intermediação financeira ficaria mais cara e ineficiente. O sistema de pagamentos morreria. Regrediríamos à Idade Média."

Considerando-se esses mesmos argumentos podemos afirmar, com muito mais ênfase, o caráter de bem público que a educação deve ter.

Os aspectos presentes nos itens anteriores encontram-se, de alguma forma, explicitados nos seguintes textos favoráveis à gratuidade:

• ("*Ensino público pago?*"¹¹ Fernando Henrique Cardoso, Folha de S.Paulo, 21/03/1991) "Eu não tenho dúvidas: o ensino público deve ser gratuito, como reza a Constituição. E seria um equívoco discutir no 'en-

tendimento nacional' o fim da gratuidade. As razões básicas para este princípio têm a ver com a própria questão da cidadania e da democracia. No mundo moderno não basta pensar no ensino fundamental gratuito como condição para a cidadania. Tanto esta como a possibilidade de trabalhar, de ter acesso ao mercado de trabalho, dependem cada vez mais do domínio de técnicas e de conhecimentos. E quanto mais amplo for o acesso às universidades, melhor. Dir-se-á que as universidades públicas são freqüentadas hoje pelos filhos dos ricos que tiveram acesso à escola fundamental e à secundária organizadas pelo setor privado. Mas a solução para isso é melhorar o ensino público em todos os níveis. E tampouco é certo que só haja ricos nas universidades oficiais."

• ("*Universidades gratuitas*"⁴, Tomaz Aroldo da Mota Santos e Jacyntho José Lins Brandão, Folha de S.Paulo, 28/07/97) "Gostaríamos também de considerar o argumento utilizado na discussão, de que o curso superior capacita o indivíduo a ganhar melhores salários no mercado de trabalho e que, por esse ganho futuro, o estudante deve pagar. Nesse argumento há um erro: admitir que o investimento em educação não visa a objetivos coletivos e sociais, mas individuais. É como se o país investisse na formação de médicos ou de professores não porque eles vão cuidar da saúde e da educação da população, mas porque vão ganhar mais. Sendo assim, caberia a cada qual escolher o curso mais compensador em relação ao seu investimento em anuidades. É de esperar que essa idéia não prospere, pois é destituída de sentido público."

• ("*A indefensável bitributação para a escola pública*"⁵, Newton Lima Neto, Folha de S.Paulo, 18/01/94) "A educação pública não pode ser tratada como gasto mas sim como investimento. É um grau de ensino que desempenha um papel estratégico para o futuro do País. Devemos seguir o exemplo das nações do Primeiro Mundo que elegeram, de fato, a educação pública como prioridade nacional."

Os seguintes pontos se relacionam diretamente com a condição econômica do estudante e, portanto, devemos analisá-los com mais detalhes:

• Trabalho remunerado, motivação da opção pela universidade e a classificação sócio-econômica por classe-ABIPEME

Ao ser perguntado sobre se o estudante desenvolve atividade remunerada, 42% responderam afirmativamente:

BRASIL	Trabalho remunerado	%
	Sim	42
	Não	58

Ao responder sobre a motivação da opção pela universidade, a gratuidade foi a que maior pontuação recebeu por parte dos estudantes:

BRASIL	Motivo	%*
	Única em que foi aprovado	17
	Ensino gratuito	84
	Qualidade	59
	Proximidade	32
	Apoio oferecido	6
	Pós-graduação	24
	Outro	24

*A pesquisa ofereceu a oportunidade de se optar por mais de uma alternativa.

Para a classificação sócio-econômica dos entrevistados, utilizou-se o critério da ABIPEME. Esse critério está baseado na soma de pontos relacionados ao grau de instrução do chefe de família e em itens de conforto familiar. As pontuações estabelecidas são as seguintes:

Instrução do Chefe de Família	Pontuação da ABIPEME
Analfabeto/Primário Incompleto	0
Primário Completo/Ginásial Incompleto	5
Ginásial Completo/Colegial Incompleto	10
Colegial Completo/Superior Incompleto	15
Superior Completo	21

Itens de posse	Não Tem	1	2	3	4	5	6 e +
Automóvel	0	4	9	13	18	22	26
Televisor em cores	0	4	7	11	14	18	22
Banheiro	0	2	5	7	10	12	15
Empregada mensalista	0	5	11	16	21	26	32
Rádio (excluído do carro)	0	2	3	5	6	8	9
Máquina de lavar roupa	0	8	8	8	8	8	8
Vídeo-Cassete	0	10	10	10	10	10	10
Aspirador de pó	0	6	6	6	6	6	6
Geladeira comum e/ou freezer	0	7	7	7	7	7	7
Computador	-	-	-	-	-	-	-
Televisor branco e preto	-	-	-	-	-	-	-

A classificação das classes sócio-econômicas é feita conforme a pontuação total alcançada pelo entrevistado:

O resultado da classificação sócio-econômica dos estudantes de graduação das IFES, segundo esses critérios, foi a seguinte:

Classe	Critério ABIPEME
A	89 e +
B	59 e 88
C	35 e 58
D	20 e 34
E	0 e 19

BRASIL	Classe	%
	A	13
	B	43
	C	31
	D	10
	E	3

As seguintes questões se apresentam:

1. Como se compara esse resultado com o perfil da população brasileira?
2. A que faixa de valores financeiros se vincula cada uma das classes?
3. Como ter uma idéia do montante de recursos a ser arrecadado se fosse introduzida a cobrança de mensalidades?
4. Que percentual da renda familiar ficaria comprometida para se manter um filho na universidade?

A empresa MARPLAN BRASIL realizou uma pesquisa baseada nos critérios ABIPEME que incluiu moradores de nove capitais brasileiras - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre,

Curitiba, Fortaleza, Recife, Salvador e Brasília - e encontrou o seguinte perfil para a população:

NOVE CAPITAIS	Classe	%
	A	2
	B	19
	C	30
	D	28
	E	21

A análise desta tabela com a anterior responde à primeira pergunta. O perfil dos estudantes de graduação das IFES possui uma maior presença de família de classe A e B que as nove capitais estudadas. As classes C se equivalem e as classes D e E possuem percentuais maiores na pesquisa das nove capitais.

Nessa mesma pesquisa a MARPLAN procurou correlacionar a classe, conforme critérios da ABIPEME, e a renda familiar em salários mínimos (S.M.):

Classe	Salários Mínimos familiares - S.M.													Sem Infor
	< 1	1 e 2	2 e 3	3 e 5	5 e 7	7 e 10	10 e 15	15 e 20	20 e 25	25 e 30	30 e 40	40 e 50	> 50	
A						1	5	4	5	7	11	12	29	24
B			1	2	4	8	12	12	10	9	8	6	5	23
C	1	1	4	11	13	16	14	8	4	3	2	1	1	20
D	2	7	14	20	15	12	7	3	1	1				18
E	9	20	20	18	9	5	2	1						16

Supondo que o perfil de renda familiar dos estudantes de graduação das IFES é similar ao da população das nove cidades, podemos notar que mais da metade dos ocupantes da classe A se situa na faixa entre 25 e mais de 50 salários mínimos; mais da metade das famílias da classe B se situa com renda entre 7 e 30 salários mínimos; as da classe C entre 3 e 15 salários mínimos; da classe D entre 2 e 10 salários mínimos e E, renda entre menor que 1 e 5 salários mínimos.

Se considerarmos que as universidades deveriam arrecadar, de seus estudantes, um total equivalente a 30% de seu orçamento, o objetivo a ser alcançado na avaliação do BIRD¹³, como já ocorreu no

Chile, as IFES deveriam arrecadar, no ano de 1997, um total de 1,796 bilhões de reais.

Como o universo de estudantes de graduação constante da pesquisa é de 356.069, teremos então os seguintes quantitativos, por classe:

BRASIL	Classe	%	Estudantes/Classe
	A	13	46.289
	B	43	153.110
	C	31	110.381
	D	10	35.607
	E	3	10.682

Para termos uma idéia de valores de mensalidades a serem pagas pelas famílias vamos fazer as seguintes considerações:

- vamos supor que aqueles percentuais sem informação se distribuem uniformemente entre as faixas de renda em que existem percentuais explicitados;
- vamos considerar que os estudantes com renda en-

tre 0 e 10 salários mínimos receberão bolsas integrais e terão a gratuidade do ensino;

- vamos admitir que as famílias das outras faixas salariais pudessem destinar um percentual de suas rendas familiares para o pagamento da mensalidade de uma pessoa na universidade.

A distribuição do quantitativo dos estudantes, percentual, por faixa de renda seria a seguinte:

Quantitativo de estudantes por faixa de renda - S.M.

	< 1	1 e 2	2 e 3	3 e 5	5 e 7	7 e 10	10 e 15	15 e 20	20 e 25	25 e 30	30 e 40	40 e 50	> 50
A	-	-	-	-	-	1	7	5	7	10	15	16	39
B	-	-	1	3	5	10	16	16	13	12	10	8	6
C	1	1	5	14	17	20	18	10	5	4	3	1	1
D	2	9	17	24	18	15	9	4	1	1	-	-	-
E	11	24	24	21	11	6	2	1	-	-	-	-	-

O estudante com renda familiar acima de 10 S.M. teria que pagar a mensalidade da tabela seguinte, correspondente a 22% de sua renda familiar. Somente dessa forma é que se conseguiria obter o montante equivalente a 30% dos recursos orçamentários que se originam no tesouro em 1997.

Em média, os valores de mensalidades seriam os seguintes:

Faixa em Salários Mínimos	Salário Médio R\$	Valor da mensalidade em R\$
<1	60,00	-
1 e 2	180,00	-
2 e 3	300,00	-
3 e 5	480,00	-
5 e 7	720,00	-
7 e 10	1.020,00	-
10 e 15	1.500,00	330,00
15 e 20	2.100,00	462,00
20 e 25	2.700,00	594,00
25 e 30	3.300,00	726,00
30 e 40	4.200,00	924,00
40 e 50	5.400,00	1.188,00
>50*	9.000,00	1.980,00

*Considerou-se a faixa até 100 S.M., para a obtenção do valor médio.

Portanto, atingir o nível de 30% do orçamento das instituições, provenientes de mensalidades, significaria, no Brasil que, cada família, para manter um estudante, teria que pagar algo em torno de 22% da sua renda familiar, o que é um percentual absolutamente absurdo. Esse estudo não deixa dúvidas sobre a impossibilidade de se obter essa meta do BIRD num país em que a concentração de rendas é tão elevada.

Estudos recentes do próprio BIRD apontam o Brasil como campeão de concentração de renda. Temos, portanto o título de "campeão mundial em desigualdade econômica e social". O Jornal do Brasil¹⁴, em sua edição de 05/07/1996, explicita:

"Dentre 85 países com dados disponíveis sobre distribuição de renda, o Brasil é o único em que os 10% mais ricos detêm mais da metade da renda nacional. Já os 40% mais pobres detêm apenas 7% da renda nacional".

Numa medida de desigualdade variando de 0,0 - igual distribuição de renda - a 1,0 - desigualdade máxima, o Brasil possui o valor de 0,63 (tabela publicada pelo Jornal do Brasil):

Tabela 6

**OS CAMPEÕES EM CONCENTRAÇÃO
DE RENDA**

País	Índice	40% mais pobres (% sobre a renda)	10% mais ricos (% sobre a renda)
Brasil	0,634	7,0	51,3
Guatemala	0,596	7,9	46,6
África do Sul	0,584	9,1	47,3
Quênia	0,575	10,1	47,7
Zimbábue	0,568	10,3	46,9
Panamá	0,566	9,3	42,2
Chile	0,565	10,1	46,1
Guiné Bissau	0,562	8,6	42,4
Egito	0,560	9,3	43,4
Senegal	0,541	10,5	42,8

Fonte: World Development Report 1996.

A análise da pesquisa no que se relaciona às classes sócio-econômicas das famílias dos estudantes confirma diversas afirmações expressas através da imprensa Nacional por personalidades da área política e educacional:

- (*“Escola pública paga?”*², Álvaro Valle, Correio Brasiliense, 18/03/1991) “Quem conhece, ainda que superficialmente, o campus de qualquer universidade pública, sabe que ali não estão, com raríssimas exceções, alunos ricos. São estudantes da nossa sofrida classe média, cujos pais definitivamente não terão recursos para manter os filhos em escolas superiores pagas... Em um país que gasta tão vergonhosamente pouco em educação e cultura, será que ainda acham que estamos gastando demais com nossos estudantes?”
- (*“Em defesa do ensino gratuito”*³, Nelson Maculan Filho, O Globo, 09/03/1991) “A gratuidade do ensino superior público é indispensável à continuação e ao aperfeiçoamento do perfil em processo nas instituições públicas de ensino superior no Brasil. Nos Estados Unidos, onde o ensino superior é pago pelos estudantes, pode-se constatar que o total das taxas e mensalidades provenientes deste pagamento não ultrapassa os 10% das despesas gerais das universidades. O Governo americano completa estes gastos através de incentivos colocados à disposição das empresas privadas e de verbas para pesquisas ligadas a seus ministérios. Assim sendo, 90% das

despesas com a educação superior nos Estados Unidos estão a cargo de seu Governo (estadual e federal), além de uma boa porcentagem de alunos possuir bolsas concedidas por organismos oficiais de assistência ao corpo discente. Em quase todos os países da Europa o ensino superior público é gratuito... É legítima e faz-se inadiável a defesa do ensino superior público e gratuito no Brasil, pela garantia democrática que oferece à expansão do saber, em uma sociedade tão desigual, injusta e ainda e apesar, pródiga em criatividade e resistência à espoliação.”

- (*“Ensino pago”*⁶, Roberto Leal Lobo e Silva Filho, Folha de S.Paulo, 3/04/1991) “Em primeiro lugar, é bom lembrar que na Europa Ocidental o ensino universitário é, em sua maioria, essencialmente gratuito apesar dos ventos liberais que percorrem o continente. A Europa Ocidental ainda considera investimento a formação de quadros de nível superior...Nos Estados Unidos, paradigma do ensino pago, a ‘tuition’ cobrada dos estudantes representa apenas uma parcela pequena do orçamento das melhores universidades, alguma coisa da ordem de 20%. O restante do orçamento é composto por doações, convênios com empresas ou órgãos oficiais federais, cursos de atualização profissional, fundos privados, estatais ou municipais etc. Ainda assim, essas universidades estão enfrentando dificuldades para atrair estudantes da classe média, prin-

principalmente nas áreas de ciências exatas e humanas, onde o retorno salarial do graduado não compensa o pesado investimento feito pelos pais na formação de seus filhos. Isso num país onde a renda per capita é da ordem de US\$ 20 mil !”

- (*“Ensino pago não compensa”*⁷, Flávio Fava de Moraes, O Estado de S.Paulo, 21/01/1994) “Um sistema tributário mais racional e eficiente, com menos subsídios e menos sonegação, diminuiria a carga relativa do ensino público, na medida em que aumentaria a disponibilidade geral de recursos. Havendo menos sonegação, as famílias mais abastadas, que pagam Imposto de Renda, dariam sua contribuição maior - tanto em termos relativos como em termos absolutos - para o gasto público. Não haveria, portanto, razão para que pagassem duas vezes, uma na Receita Federal e outra no caixa da universidade. Os filhos de famílias mais pobres, que não pagam IR, viriam no futuro aumentar a base tributária, já que comprovadamente há uma correlação positiva entre a formação universitária e o nível de renda. Ganham as famílias - tanto as mais ricas quanto as mais pobres - e ganha a sociedade.”
- (*“Ensino pago - na contramão da história”*⁸, Sebastião Elias Kuri e Newton Lima Neto, Folha de S.Paulo, 11/04/1991) “Num país com aterradores índices de desigualdades sociais - o terceiro pior em distribuição de renda -, onde um terço da população vive em estado de pobreza absoluta e 70% dos jovens até 16 anos entram precocemente no mercado de trabalho para ajudar a sobrevivência familiar, soa completamente sem sentido o argumento do texto oficial. Quem frequenta os cursos superiores públicos são majoritariamente egressos dos diversos estratos da classe média que fazem enorme sacrifício para terem o que há de melhor em termos de ensino superior no país....Quem passa por esse funil só encontra 25% de vagas públicas. As demais, em função da política privatista dos últimos 30 anos, são oferecidas pela escola privada.”
- (*“Estranho e sinistro conluio”*⁹, José Martins Filho, Folha de S.Paulo, 10/06/1996) “Os cálculos apontam que, se fossem cobradas anuidades dos alunos das universidades públicas, os recursos daí provenientes não cobririam, seguramente, mais que 15% de suas necessidades orçamentárias. Escapa aos defensores desse argumento simplista o fato de que, além de serem instituições de ensino, essas universidades são também centros de pesquisa (com milhares de importantes laboratórios pelo país e, particularmente, no Estado de São Paulo) e que, na

maioria dos casos, constituem hoje a última rede de segurança da dilacerada saúde pública (um dever do Estado!), com suas unidades hospitalares, cuja vocação original era a de serem simples hospitais-escolas. Então é de perguntar-se: quem pagará pela manutenção desses hospitais, pela geração de conhecimento novo, pela formação de quadros especializados, pela realização das pesquisas, sem as quais o país voltaria ao grau de dependência científica e tecnológica do século 19, pela produção de cultura em todos os níveis que as universidades repassam à sociedade? O que desejam esses senhores? Que se desativem as orquestras, os laboratórios e os hospitais? Ou que, absurdamente, os estudantes paguem também por isso? Por fim, há o argumento sentencioso de que as universidades públicas servem aos ricos e discriminam os pobres. É uma falácia. Se é verdade que os muitos pobres raramente têm acesso às melhores instituições, é inteiramente falso que a maioria de seus alunos seja composta de ricos. Pesquisa feita pela Unicamp mostra que não mais de 18,7% deles são oriundos de pais inequivocamente ricos, 46,17% vêm da classe média e 37,1% provêm de famílias com renda entre dois e 15 salários mínimos. Um indicador importante é que, da totalidade desses ingressantes, quase 40% vêm da escola pública”.

A UNESCO¹² ao comentar sobre a cobrança de mensalidades diz que:

“se a educação superior tem a dar uma contribuição significativa ao progresso da sociedade, o Estado e a sociedade em geral deveriam percebê-la não como um custo para o orçamento público, mas sim um investimento nacional a longo prazo que aponte para um maior desenvolvimento cultural, uma mais elevada competitividade econômica e uma coesão social mais forte” e enfatiza que “a introdução de mensalidades escolares é uma questão sensível no ensino superior e deve, portanto, ser abordada com cautela, pois toca muitos aspectos de justiça social, educacionais e fiscais de cada Estado em geral.”

Essas análises, utilizando os dados da pesquisa nacional realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, são compatíveis com estudos realizados para a UFMG e UFG (ver Apêndice) e mostram claramente que, se não quisermos ser apenas financistas, justifica-se, pelos dez argumentos apresentados inicialmente, que tenhamos no Brasil a gratuidade do ensino nas instituições públicas.

Referências

- 1 CARDOSO, Fernando Henrique. Ensino público pago? Folha de S.Paulo, São Paulo, 21 março de 1991.
- 2 VALLE, Álvaro. Escola pública paga?, Correio Brasiliense. Brasília, 18 março de 1991.
- 3 FILHO, Nelson Maculan. Em defesa do ensino gratuito. O Globo, Rio de Janeiro, 09 março de 1991.
- 4 SANTOS, Tomaz Aroldo da Mota e BRANDÃO, Jacyntho José Lins. Universidades Gratuitas. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 julho de 1997.
- 5 NETO, Newton Lima. A indefensável bitributação para a escola pública. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 janeiro 1994.
- 6 FILHO, Roberto Leal Lobo e Silva. Ensino pago. Folha de S.Paulo, São Paulo, 03 abril 1991.
- 7 MORAES, Flávio Fava. Ensino pago não compensa. O Estado de S.Paulo, São Paulo, 21 janeiro 1994.
- 8 KURI, Sebastião Elias e NETO, Newton Lima. Ensino pago - na contramão da história. Folha de S.Paulo, São Paulo, 11 abril 1991.
- 9 FILHO, José Martins. Estranho e sinistro conluio. Folha de S.Paulo, São Paulo, 10 junho 1996.
- 10 LA UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA EN EL FIN DE SIGLO: Realidades y Futuro, Coleção UDUAL, 1995, primeira edição, México.
- 11 NÓBREGA, Mailson da. A estabilidade dos bancos é um bem público. Folha de S.Paulo, São Paulo, 22 março de 1996.
- 12 UNESCO - Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior, Caracas, 1995, Publicado na Revista Educação Brasileira, Brasília, 17 (34): 153-221, 1º sem.1995.
- 13 LA ENSEÑANZA SUPERIOR : Las lecciones derivadas de la experiencia. Banco Mundial, Primeira edição em espanhol, junho 1995
- 14 Estudo aponta Brasil como campeão de desigualdades. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05 julho 1996.